



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

AValiação DE PRESCRIÇÕES DE ANTIBACTERIANOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE¹

Ivana Lindemann², Guilherme Assoni Gomes³, Marina Pelicioli⁴

¹ Trabalho de Conclusão de Residência Multiprofissional em Saúde

² Professora do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo, email: ivana.lindemann@uffs.edu.br

³ Acadêmico do quinto semestre curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Passo Fundo, email: guilgomes@hotmail.com

⁴ Farmacêutica Residente do programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo, email: m.pelicioli@gmail.com

Introdução: A utilização de medicamentos é um processo complexo e a prescrição constitui-se em plano terapêutico, medicamentoso ou não, visando orientar o paciente ou o seu cuidador.

Objetivo: Analisar prescrições de medicamentos antibacterianos dispensados em uma farmácia da Atenção Primária de Saúde, a fim de verificar a presença dos itens obrigatórios conforme a legislação. **Resultado:** Foram analisadas 635 prescrições e observou-se que nenhum item esteve presente em 100% dos receituários. As informações sobre idade e sexo do paciente apresentaram as menores frequências. A Denominação Comum Brasileira (DCB) foi observada em 93% das prescrições e, destaca-se ainda, a baixa frequência da via de administração (53%) e da quantidade total do tratamento (51%). **Conclusão:** A conscientização geral dos profissionais de saúde, bem como dos órgãos fiscalizadores, tem notável importância, para que a qualidade final das prescrições possibilite a assistência integral e de qualidade à população e, a segurança do paciente.

Introdução:

A análise de prescrições pode fornecer subsídios para a revisão de práticas e para desenvolver medidas voltadas ao uso racional e à prevenção de problemas relacionados a medicamentos, bem como facilitar o trabalho dos profissionais que atuam na dispensação (VAN et al., 2000; ACURCIO et al., 2004 apud GUENZE JUNIOR, 2015).

A prescrição constitui o instrumento que contém as informações necessárias para o uso correto dos medicamentos, além de ser um elo entre o prescritor, o paciente e o dispensador. Portanto, os dados nela contidos são fundamentais para a comunicação entre os profissionais de saúde e, conseqüentemente, para a dispensação com qualidade, estimulando a adesão do paciente ao tratamento e o alcance do sucesso terapêutico. Além disso, a prescrição é um instrumento legal e, desta forma, as exigências dispostas na legislação vigente devem ser cumpridas (MASTROIANNI, 2009). No Brasil, a Lei nº. 5.991/73 e o respectivo Decreto nº. 74.170/74 dispõem sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. De acordo com a legislação supracitada, informações referentes ao paciente, ao prescritor e ao tratamento



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

empregado, devem estar incluídas na prescrição (NASCIMENTO; MAGALHÃES, 2013).

A publicação da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº. 20/2011 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) trouxe à tona a importância do receituário como objeto de melhoria do serviço de saúde, diminuindo o uso indiscriminado dos medicamentos contendo antimicrobianos, a fim de reduzir o uso exacerbado e desnecessário (BRASIL, 2011). A preocupação em relação ao uso irracional de medicamentos antimicrobianos é maior, devido à emergência de cepas de bactérias resistentes, o que prejudica a eficácia terapêutica destes agentes (ABRANTES et al., 2007).

Os antibacterianos constituem um grupo de medicamentos amplamente prescritos em Atenção Primária de Saúde (APS), ocupando um dos primeiros lugares entre as classes mais utilizadas. O seu uso desnecessário e abusivo, tanto na comunidade quanto no meio hospitalar, tem sido extensivamente descrito na literatura (ABRANTES et al., 2007).

À parte das consequências médicas e ecológicas, existe ainda um custo social e pessoal do uso inadequado desses medicamentos, o qual envolve custo direto de tratamentos, internações, dias não trabalhados, faltas escolares, invalidez e morte. Tais implicações justificam esforços empreendidos no sentido de conhecer e racionalizar a utilização de antimicrobianos. Diversos estudos têm documentado o uso inadequado de antimicrobianos, principalmente nas infecções de origem viral. Do mesmo modo, tem sido apontada na literatura a adoção, na APS, de opções terapêuticas inadequadas, privilegiando fármacos de segunda linha ou reservados ao uso hospitalar. No que se refere aos erros de dosagem e duração de tratamento, Vergeles-Blanca et al. (1998 apud ABRANTES et al., 2007) observaram, no meio hospitalar, que a posologia inadequada foi responsável pela maioria dos erros de prescrição dos antimicrobianos. Fijn et al. (2002 apud ABRANTES et al., 2007) observaram também que a inadequação dos dados posológicos e do tempo de tratamento contribuíram como fatores de não-adesão aos protocolos de antibacterianos preconizados para uso no meio hospitalar.

Cumprido ressaltar que a prescrição de medicamentos pressupõe um ato anterior que é o diagnóstico da doença. O diagnóstico e a prescrição de medicamentos são atos de competência exclusiva do médico, do cirurgião-dentista e do veterinário, nos casos restritos às respectivas especialidades (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2009).

Na saúde pública brasileira, a Estratégia Saúde da Família (ESF) configura-se como a principal modalidade de atuação na APS, visando a sua reorganização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto o trabalho multiprofissional e integrado é fundamental, sendo a equipe de saúde corresponsável pela utilização correta dos medicamentos e sucesso no tratamento.

Diante da importância do tema e, devido à escassez de estudos na área, o objetivo deste trabalho foi analisar prescrições de medicamentos antibacterianos dispensados na farmácia de uma ESF, a fim de verificar a presença dos itens obrigatórios conforme a RDC nº 20 (BRASIL, 2011).



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Metodologia:

Trata-se de um estudo transversal, realizado com prescrições de antibacterianos destinadas a pacientes adstritos a uma ESF de um município do norte do Rio Grande do Sul. O município, com aproximadamente 40 mil habitantes, conta com uma farmácia central e cinco farmácias para dispensação de medicamentos nas ESF. São aceitas prescrições advindas do SUS e da rede privada, desde que o paciente seja morador do município. A amostra não-probabilística foi selecionada por conveniência, incluindo receituários dispensados na farmácia da ESF de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2017. Foram incluídos aqueles destinados a pacientes de ambos os sexos e de qualquer idade, residentes no território de abrangência. Nos casos em que um mesmo paciente recebeu mais de uma prescrição, todas foram incluídas. Os dados foram coletados entre janeiro e fevereiro de 2018, através da análise direta das prescrições de antibacterianos, verificando-se a presença ou a ausência dos itens estabelecidos pela RDC nº 20, de 2011: nome; idade; sexo; denominação comum brasileira; concentração do medicamento; forma farmacêutica; via de administração; intervalo entre as doses; duração do tratamento; quantidade total; inscrição no conselho profissional do prescritor; instituição; endereço; telefone; assinatura; carimbo; data; legibilidade e rasuras (BRASIL, 2011). Foi realizada dupla digitação e validação dos dados visando identificar erros e inconsistências e, após a limpeza, o banco foi exportado para programa estatístico. A estatística descritiva compreendeu a verificação da frequência de cada item na prescrição além da categorização das prescrições por sexo e idade do paciente e, por mês de referência. Neste estudo foi garantido o anonimato dos pacientes e dos prescritores, atendendo às diretrizes da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação do protocolo de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição proponente (Parecer número 2.425.068/2017).

Resultados:

Durante o ano de 2017 foram realizados 3.038 atendimentos na farmácia da ESF. Assim, atendendo à legislação, foram retidas 1.909 prescrições, das quais 702 de antibacterianos (36,8%). Destas, 67 (9,5%) não atenderam aos critérios de inclusão deste estudo sendo, portanto, analisadas 635.

A Tabela 1 descreve distribuição das prescrições por sexo e idade dos pacientes e, por mês de referência. Observou-se predomínio do sexo feminino (70,6%) e idade entre 18-59 anos (52,8%). As prescrições de antibióticos foram mais frequentes nos meses de junho, agosto e novembro. A menor frequência foi observada no mês de fevereiro.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Tabela 1. Distribuição de prescrições de antibióticos na Atenção Primária em Saúde por sexo e idade do paciente e por mês de referência (n=635).

Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	187	29,4
Feminino	448	70,6
Idade (em anos completos)		
0-12	139	21,9
13-17	70	11,0
18-59	335	52,8
≥60	91	14,3
Meses		
Janeiro	37	5,8
Fevereiro	10	1,6
Março	36	5,7
Abril	50	7,9
Mai	58	9,1
Junho	67	10,6
Julho	55	8,7
Agosto	69	10,9
Setembro	61	9,6
Outubro	62	9,8
Novembro	69	10,9
Dezembro	61	9,6

*Idade em anos completos

A Tabela 2 demonstra a frequência de cada um dos itens nas prescrições analisadas, observando-se que nenhum esteve presente em 100% dos receituários.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Tabela 2. Presença dos itens obrigatórios* em prescrições de antibacterianos (n=635).

Variáveis	n	%
Nome	631	99,4
Idade	04	0,6
Sexo	04	0,6
Denominação Comum Brasileira	590	93,0
Concentração do medicamento	475	74,8
Forma Farmacêutica	523	82,4
Via de administração	288	45,0
Intervalo entre as doses	612	96,3
Duração do tratamento	596	93,9
Quantidade total	327	51,5
Inscrição no Conselho Profissional	613	96,5
Instituição	613	96,5
Endereço	602	94,8
Telefone	603	94,9
Assinatura	632	99,5
Carimbo	587	94,0
Data	585	92,1
Prescrição legível	538	84,7
Presença de rasuras	83	13,1

* RDC nº 20 de 2011 (BRASIL, 2011).

Como limitação do estudo é importante destacar que os resultados referem-se a uma única farmácia da APS do município, no período de 01 (um) ano, logo, não representam o município como um todo.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

Discussão:

Observa-se que as prescrições foram feitas, com maior frequência, para pacientes do sexo feminino. Tal resultado vai ao encontro do que é esperado, pois, conforme GUIBU et al. (2017), em estudo sobre as principais características dos usuários dos serviços de APS no Brasil, a maior parte era do sexo feminino (75,8%). Sabe-se que os homens, em geral, padecem mais de condições severas e crônicas de saúde e também têm maiores índices de mortalidade entre as principais causas. Entretanto, apesar de as taxas masculinas assumirem um peso significativo nos perfis de morbimortalidade, observa-se que a presença de homens nos serviços de atenção primária à saúde é menor do que a das mulheres (GOMES, 2007).

Em relação à idade dos pacientes, o predomínio entre 18-59 anos assemelha-se aos achados de Nicolini (2008) na região Oeste de São Paulo (39,6%). Em relação à sazonalidade das prescrições, observou-se maior frequência no mês de agosto, o que pode ser definido pelos períodos de inverno, já que há maior ocorrência de doenças nessa época do ano. Estudo realizado em Ijuí/RS (WEBER et al., 2010) encontrou mais de 340 (22,8%) receituários dispensados no mês de agosto.

Em relação aos itens obrigatórios nas prescrições, as informações sobre idade e sexo do paciente, importantes para a prevenção de erros, apresentaram as menores frequências, estando presentes em apenas 0,6% (n=4) das prescrições analisadas. Conforme a RDC (BRASIL, 2011), a receita deve ser prescrita de forma legível, sem rasuras, em duas vias. No entanto, no presente estudo 97 receitas estavam ilegíveis (15,3%) e 83 (13,1%) apresentavam rasuras. Em Colider/MT (GUENZE JUNIOR, 2015), 35,1% (n=490) das receitas apresentaram escrita ilegível. Já em Manaus/AM (NASCIMENTO et al., 2013), o resultado foi de 2% para ilegibilidade.

No âmbito do SUS, de acordo com a RDC nº 51, de 2007, as prescrições devem adotar obrigatoriamente, a DCB, ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI). Observou-se que 93% (n=590) das prescrições apresentavam indicação através da DCB, frequência superior às identificadas em estudos realizados em Minas Gerais (76% - VALADÃO et al., 2008), no Paraná (70,2% - GIROTTO, 2006) e no Mato Grosso do Sul (84,3% - CUNHA, 2002).

Em relação à concentração do medicamento, forma farmacêutica, via de administração, intervalo entre as doses, duração do tratamento e quantidade total, obteve-se, respectivamente, os seguintes resultados: 523 (82,4%), 288 (45%), 612 (96,3%), 596 (93,9%) e 327 (51,5%). Um estudo realizado em Belo Horizonte/MG (ABRANTES et al., 2007), apresentou valores de 25,6% (n=204) para forma farmacêutica, 70,5% (n=562) para via de administração, 99,6% (n=794) para intervalo de doses e, 89,6% (n=714) para dias de tratamento. Já em estudo realizado em Manaus/AM (NASCIMENTO et al., 2013), das 759 receitas analisadas, 19,5% (n=148) não apresentaram a duração do tratamento, 3,8% (n=29) a forma farmacêutica e, 3,3% (n=25) a posologia.

Sabe-se que, segundo a RDC, a assinatura e o carimbo do prescritor são de caráter obrigatório, já que estes itens comprovam a veracidade da emissão do documento por um profissional que é devidamente capacitado e registrado no conselho e por isso deve constar em todas as prescrições de acordo com a Lei nº. 5.991/73 (BRASIL, 1973). Das 635 receitas avaliadas neste estudo, 99,5% (n=632) apresentaram a assinatura e 94% (n=587) o carimbo do responsável pela prescrição. Em



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

estudo realizado Colider/MT (GUENZE JUNIOR, 2015), mais de 75% (n=490) dos receituários não continham os referidos itens e, em Manaus/AM (NASCIMENTO et al., 2013), das 759 receitas avaliadas, 0,79% (n=6) não apresentaram assinatura e/ou carimbo.

Conclusão:

Com a realização da pesquisa observou-se que, também no município estudado, são feitas prescrições não totalmente adequadas aos critérios estabelecidos pelos órgãos e entidades responsáveis. Tal cenário pode prejudicar o ato da dispensação, comprometendo o tratamento farmacológico, além de potencializar o risco de iatrogenia.

Assim, torna-se evidente a necessidade de ampliar e de aprimorar o alcance das medidas informativas e regulatórias das prescrições, buscando uma conscientização geral dos profissionais de saúde do país, bem como dos órgãos fiscalizadores, para que a qualidade final dos receituários possibilite o que mais se espera, ou seja, assistência integral e de qualidade à população e a segurança do paciente.

Por fim, destaca-se que uma prescrição de medicamentos elaborada de forma inadequada, além de ter o potencial de ser ineficaz, insegura e desvantajosa sob o ponto de vista econômico, favorece a judicialização na área saúde. Sendo assim, é necessário que se criem mecanismos para tornar a prescrição o mais correta possível, atendendo ao que determinam a legislação e as normas institucionais.

Referências

ABRANTES, Patrícia de Magalhães et al. Avaliação da qualidade das prescrições de antimicrobianos dispensadas em unidades públicas de saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2002. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 95-104, jan. 2007.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação. DOU Nº 87, segunda-feira, 9 de maio de 2011. **Resolução-RDC nº 20**, Brasil: [s. n.], ano 2011, v. 1, n. 87, p. 39-41, 9 de maio 2011. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/sngpc/Documentos2012/RDC%2020%202011.pdf?journal>. Acesso em: 8 mar. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **DESPACHO - SJ Nº 347/2009** . [S. l.], 6 ago. 2009. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/notasdespachos/CFM/2009/347_2009.pdf. Acesso em: 11 mar. 2019.

CUNHA, Maria Candia Nunes da; ZORZATTO, José Roberto; CASTRO, Lia Lusitana Cardozo de. Avaliação do uso de medicamentos na rede pública municipal de saúde de Campo Grande/MS. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 215-227, junho 2002.



Tipo de trabalho: TRABALHO COMPLETO (MÍNIMO 08 PÁGINAS, MÁXIMO 15 PÁGINAS)

GIROTTO, Edmarlon; SILVA, Poliana Vieira da. A prescrição de medicamentos em um município do Norte do Paraná. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 226-234, Junho 2006.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do; ARAUJO, Fábio Carvalho de. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 565-574, mar. 2007.

GUENZE JUNIOR, Ary. Análise das prescrições de antimicrobianos dispensados em uma drogaria da cidade de Colider-MT. **FACIDER Revista Científica**, Colider, 2015, ed. 8.

GUIBU, Ione Aquemi. et al. Características principais dos usuários dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, suppl. 2, p. 17s. 2017.

MASTROIANNI, P.C. Análise dos aspectos legais das prescrições de medicamentos. **Rev. Cienc. Farmac. Básica Apl.** (30) 2: 173-176, 2009.

NASCIMENTO, Priscila de Souza; MAGALHÃES, Igor Rafael dos Santos. Análise da prescrição de antimicrobianos dispensados em uma rede de drogarias da região Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Farmácia**, Manaus, v. 8, n. 94, p.211-218, 2013.

NICOLINI, Paola et al. Fatores relacionados à prescrição médica de antibióticos em farmácia pública da região Oeste da cidade de São Paulo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, suppl. p. 689-696, abr. 2008.

VALADÃO, Analina Furtado et al. Estudo das prescrições de medicamentos nas Unidades Básicas de Saúde de Coronel Fabriciano - MG, quanto aos preceitos legais. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 89, n. 4, p. 298-301, 16 abr. 2008.

WEBER, Bruna Rodrigues *et al.* Análise da variação sazonal da prescrição de antibióticos aos usuários de uma unidade básica de saúde do município de Ijuí/RS. **Revista Contexto e Saúde**, Ijuí, ano 2010, v. 10, n. 19, p. 117-121, 19 jul. 2010.